

DISCURSO NA FORMAÇÃO DOS HÁBITOS E DAS ATITUDES: A LINGUAGEM NOSSA DE CADA DIA

*Iara Rosa Farias**

Resumo: O trabalho apresenta a questão dos discursos na formação dos hábitos e atitudes cotidianas. Para isso, faz uma reflexão sobre linguagem como elemento fundamental na constituição da subjetividade e da comunicação. A seguir, trata a linguagem na prática discursiva cotidiana segundo os conceitos da Linguística e da Semiótica francesa. Depois, aborda o discurso como constituidor e veiculador de sentidos. Por fim, observa a cristalização dos sentidos pela prática discursiva em dois tipos discursivos: a literatura e a televisão.

Palavras-chave: Linguagem. Discurso. Sentido. Leitura.

DISCOURSE IN HABIT AND ATTITUDE FORMATION: OUR EVERYDAY LANGUAGE

Abstract: This paper discusses discourse questions in the formation of everyday habits and attitudes. The paper makes a reflection on language as basic element in the constitution of subjectivity and communication. Then, it

* Doutora em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Faced/Ufba). E-mail: iara.estrela@gmail.com

deals with language in the practical daily speech taking into consideration concepts of Linguistics and French Semiotics. In addition, the paper discusses discourse as a constituent of meanings. Finally, it observes meaning crystallization through discourse practice in two different ways: literature and television.

Key words: Language. Discourse. Sense. Reading.

Sem conhecer a linguagem, não há como conhecer o homem.
(Confúcio)

Linguagem e comunicação

Sabemos que o homem é um ser eminentemente social e, por isso, a comunicação é elemento fundante numa sociedade. Toda comunicação realiza-se pela linguagem nas suas diferentes manifestações: gestual, pictórica, musical ou, simplesmente, verbal. Na esfera humana, ela é produto cultural, sistema que sofre influências da sociedade que a utiliza. No entanto, ela é tão intrínseca e elementar aos sujeitos que mal se percebe que sem ela deixaríamos de fazer milhares de coisas das mais simples às mais complexas. Não devemos pensá-la como um objeto fora dos sujeitos, mas um conteúdo e um continente destes. A linguagem é constitutiva da realidade humana, porque, por meio dela, é possível estabelecer, além da comunicação, conceitos, construir e destruir “verdades”, vender, comprar e trocar idéias, produtos, questionar e estabelecer valores e tantas outras coisas. A linguagem, segundo Hjelmslev (1975, p. 1), “é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana”.

A linguagem é uso cotidiano da língua, este suporte simbólico que possui grande influência no interior das sociedades. Sem querermos discutir todos os conceitos sobre os termos em questão, vamos nos

restringir àqueles já elaborados pela lingüística e que atendem aos nossos objetivos de realizar uma breve reflexão em torno da linguagem.

Ferdinand Saussure, na obra **Curso de Lingüística Geral** (1972), considerou a língua como um sistema de signos que serve de referência a seus usuários para que possam realizar a comunicação. Na célebre dicotomia – significante e significado –, apresentou as duas faces do sistema lingüístico: uma social – a *langue* – e uma individual – a *parole*. Dessa forma, o conjunto de signos da língua foi visto como um tesouro a que cada usuário recorre para se expressar. Ao mesmo tempo em que a língua permite a comunicação social, ela tem como função a expressão da cultura de onde ela é usada. Portanto, “é por meio dela que se processa essencialmente o intercâmbio cultural na sociedade, e ela se torna o acompanhamento de cada fato cultural” (CÂMARA, 1970, p. 21).

O indivíduo, desde o momento em que nasce e até anteriormente a esse momento, como afirmam determinadas pesquisas, está exposto e sofre influências da língua. Isto quer dizer que a linguagem é inata aos sujeitos, porque todos têm a capacidade para falar; no entanto, ela tem um caráter social, porque cada sujeito, ao nascer, já está imerso no sistema lingüístico que deverá falar. A língua e o seu exercício têm um papel fundamental na formação de cada indivíduo, pois é por meio dela que ele se expressa e recebe influências.

Benveniste (1991, p. 286), no artigo “A subjetividade na linguagem”, observou que a enunciação, ou seja, o ato de fala, é a instância constitutiva do sujeito, pois é “[...] na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, do *ego*”. Isto é, na linguagem é que se encontram as “formas” que possibilitam o processo de “apropriação” da língua, tornando praticável o exercício da subjetividade. Noutros termos, pela capacidade daquele que fala em se propor como EU, e opor-se ao TU, é que se constitui a subjetividade. A polarização entre as pessoas da enunciação é fator de definição da existência do sujeito.

Quando em um discurso nos deparamos com a forma “eu”, ela não se refere a um indivíduo específico ou apenas a um conceito, porém se reporta ao ato lingüístico da enunciação, ou seja, ao ato do indivíduo de se propor como sujeito no momento da fala. Desse ponto de vista, a subjetividade é alimentada e apresentada na/pela linguagem e por meio dela se fundamenta a vida social e, antes disso, os atos de compreensão. Tais processos ocorrem mesmo quando aparentemente não há a presença explícita de atos languageiros. Por fundamentar as relações, a linguagem é o mais eficiente meio de persuasão. Observamos que muitas pessoas alcançam o sucesso pela habilidade de pôr em ação as palavras, ao mesmo tempo em que outras são classificadas como tímidas porque simplesmente falam pouco.

Por tudo o que dissemos, vemos o quão importante é o papel da linguagem numa sociedade e, ainda, na implantação ou conservação de valores que nela circulam. Estudá-la e o uso que dela fazem os sujeitos de uma determinada cultura serve para identificar-lhe os valores. No entanto, para que isso seja observado não é possível estudar a linguagem de maneira fragmentada ou de forma isolada dos atos sociais. É preciso observá-la no seu uso, em seu papel social, que é aquele do discurso e que está presente no cotidiano sob todas as formas: desde uma simples (?) receita de cozinha até um elaborado artigo científico, passando pelo “templo” contemporâneo dos discursos: a televisão.

Por meio da linguagem, uma sociedade organiza e compartilha um conjunto de conceitos que, em última instância, são imagens constituídas por meio dela. Para entender melhor como se constitui esse processo, vamos explicar tal mecanismo nos valendo da Semiótica de origem francesa.

Prática discursiva: a linguagem como fazer cotidiano

Como vimos, a linguagem está presente nas diferentes situações cotidianas. Com ela, estabelecemos relações e nos comunicamos. Mas esses são apenas alguns dos papéis que podemos reconhecer na

linguagem. Ao construirmos enunciados que veiculam informações, também estamos fazendo circular valores. Valores sobre o mundo que nos cerca e sobre o mundo que construímos por meio da linguagem.

Como dissemos há pouco, Saussure observou que a linguagem seria a “apropriação individual da língua”. Embora tal hipótese tenha os seus méritos, pois possibilitou um avanço nos estudos lingüísticos, ela não é satisfatória, na medida em que, sobre o conceito saussuriano de língua, se constituiu a idéia de que esta era uma entidade estática e monolítica. A língua como “produto” cultural se constitui por usos que se tornam parâmetros constituindo *esquemas de uso*. Foi Hjelmslev quem propôs a substituição do binômio língua/fala por esquema/uso. Enquanto o conceito de fala faz remissão ao exercício individual da língua, apresentada como entidade abstrata, o uso remete aos hábitos das comunidades lingüísticas das práticas culturais sedimentadas no curso da história, constituindo o esquema (HJELMSLEV, 1975, p. 79-83). Bertrand (2003, p. 86) nos explica esquema e uso da seguinte forma: “O discurso social é tecido por configurações já prontas, blocos pré-moldados e prontos para serem utilizados, produtos do uso que se depositam, na qualidade de primitivos, no sistema da língua”.

É essa noção de uso que permite entender as coerções das manifestações discursivas frente às possibilidades virtuais da língua, além de possibilitar uma abordagem, a nosso ver, de caráter sócio-histórico. Na Semiótica francesa, tal entendimento permitiu que se erigisse uma teoria sobre as paixões, indo além da sua classificação, por exemplo. Pela premissa da prática discursiva da socialização do sentido, as paixões passam a ser entendidas como uma seleção de sentidos e de significações feita pelas culturas, estruturada e valorizada pelos discursos.

Assim, poderíamos definir o uso como uma troca social de objetos significantes¹ num universo discursivo, ou campo discursivo, dentro de uma cultura, enquanto o esquema se refere à canonização dessas trocas. Tais objetos, como sabemos, são postos em circulação

¹ Utilizo a palavra aqui na acepção de “cheio de significado ou significativo” e não na concepção atribuída pela Lingüística, como nos referimos há pouco.

pela relação intersubjetiva instaurada pela enunciação. A difusão de um determinado uso dentro de um campo discursivo garante sua estabilidade como valor, e este último é constituído pelas trocas entre os sujeitos. No entanto, é preciso considerar, também, que a enunciação não é uma simples exploração de um “conhecimento enciclopédico” ou de um estoque de esquemas de uso estabilizados num campo discursivo, pois ela também instaura novas formas de uso.

Os discursos decorrem de duas ordens de coerção: uma, dada *a priori*, advém das coerções das categorias morfossintáticas da língua, e outra, de cunho social, que impõe o hábito, os gêneros e os esquemas e que levam à cristalização dos significados proporcionando uma previsibilidade do sentido, correspondente àquilo que denominamos *prática discursiva*. Tal *prática*, ao mesmo tempo em que é ato de produção de discursos a partir das balizas culturais, é também uma realização singular de discurso (SCHULZ; VOGEL, 1995). Em outros termos, a *prática discursiva* é a articulação do léxico de acordo com determinadas convenções de uso e de significados, mas, ao mesmo tempo, é a produção de um sujeito que vai dispor dessas convenções de uma forma “inérita”.

Enfim, a *prática discursiva* apresenta duas faces: uma que cristaliza as formas de uso, e outra que provoca a ruptura dessa cristalização. Vejamos como isso acontece.

Prática discursiva e cristalização do sentido

A língua tem o caráter eminentemente simbólico. Isso quer dizer que as palavras não são um etiquetamento do mundo, mas uma categorização das percepções dos sujeitos. Noutros termos, o léxico, e seus significados, é a categorização das apreensões dos objetos e das coisas do mundo, estabelecendo uma tipologia.

Isso corresponde a dizer que a língua trabalha com categorias reconhecíveis pelo conjunto de seus traços. Assim, se escrevemos “árvore”, não estamos falando apenas da árvore que está à frente da

janela enquanto digitamos este artigo no computador. Porém, falamos da árvore reconhecível por ser, segundo o Aurélio, “vegetal lenhoso cujo caule, chamado tronco, só se ramifica bem acima do nível do solo”, ou seja, falamos do tipo-árvore, da forma-árvore. O leitor deste trabalho vai formar cognitivamente uma árvore e esta não será a árvore que vimos; apesar disso, saberá do que estamos falando. Mesmo que se diga ou se escreva “A mangueira está carregada de frutos”, ainda estamos falando de algo categorizado pela língua, ou seja, do tipo-árvore mangueira.

Uma linguagem que não fosse uma tipologia não seria uma linguagem porque não permitiria a comunicação entre vários e diferentes sujeitos que estão submetidos a ela. É essa faculdade simbólica e categorizante da língua que proporciona o estabelecimento da prática discursiva. Como ela se estabelece por meio das trocas fundamentadas na linguagem, podemos dizer que tal prática se sustenta sobre o papel categorizador da língua para estabelecer a confiabilidade das trocas discursivas. Segundo Bertrand (2003), as coerções de ordem social que afetam o discurso, impondo-lhe o hábito e o uso de esquemas, podem ser entendidas como uma *matriz de leitura* do mundo, que corresponderia a um filtro, instaurado por um tipo de contrato que se sustenta pelo poder categorizador da linguagem.

Em outras palavras, temos uma matriz de leitura do mundo que regula nossas apreensões das significações dispostas nos atos discursivos. Culturalmente, ela obedece aos valores semânticos da sociedade em que foi constituída. Assim como as apreensões pelos órgãos sensoriais constituem uma matriz perceptiva, garantindo o reconhecimento de formas, sons, cores etc. dos objetos, auxiliando o sujeito no seu deslocamento pelo mundo, também a matriz cultural de leitura ajuda o sujeito a se estabelecer nos campos discursivos dentro de uma cultura. Os estudos que abordam os padrões lingüísticos e visam à demonstração de tipos de uso da língua, poderíamos dizer, tratam das matrizes de leitura sobre o tipo de discurso a ser usado em determinadas ocasiões. Por exemplo,

convencionou-se que podemos ir à praia com pouca roupa, mas não podemos entrar assim num Fórum. Tais convenções sociais também ocorrem no nível semântico da língua que rege nossas interpretações.

A matriz de leitura se aplica, pois, à correspondência de sensibilização e de interpretação do mundo que faz os sujeitos reconhecerem os valores semânticos das suas interações discursivas, isto é, das práticas discursivas. Em outros termos, a matriz de leitura é sustentada por um hábito sociocultural, na qual normas estabelecidas de apreensão dos discursos são postas em circulação. Assim, os discursos instituem um espaço de confiança e asseguram a esquematização dos diferentes níveis de apreensão e interpretação dos contextos por meio dessa matriz de leitura. No entanto, se tal matriz garante as relações intersubjetivas e os deslocamentos dos sujeitos, ela realiza um processo paulatino de despercebimento, conduzindo o sujeito a repetir, variadas vezes, os mesmos percursos interpretativos (BERTRAND, 2003). Isso ocorre porque há um consenso, pela prática cotidiana do discurso na cultura, ou seja, pela prática discursiva, frente aos valores semânticos que se estendem para o mundo sensível e acarreta um fechamento dos sentidos num esquema previamente estabelecido.

Para dar um exemplo, recorremos a um livro de José de Alencar, **Lucíola**. Embora um pouco distante dos nossos dias, ele nos apresenta muito bem o modo como a matriz de leitura pode influenciar nas relações entre os sujeitos. Trata-se do romance entre um jovem rapaz e uma bela, e também jovem, prostituta. O que queremos chamar a atenção aqui não é sobre os valores e conceitos daquele tempo comparando-os com os atuais, porém como a matriz cultural de leitura influenciou no desenvolvimento das relações entre as personagens do romance. Claro que sabemos que todos os conflitos, encontros e desencontros são escolhas do autor para “passar” a sua mensagem aos leitores. No entanto, ainda assim se trata de um bom exemplo.

Paulo chega do interior ao Rio de Janeiro em 1855 e é levado por um amigo à festa no Outeiro da Glória. Lá ele vê uma bela moça pela qual se impressiona profundamente. Na descrição, a jovem

apresenta forma e gestos delicados a partir do que Paulo infere que ela seja muito meiga e educada. Cunha, seu amigo e homem da corte, apresenta a moça. A surpresa invade o rapaz ao saber que a bela mulher é uma prostituta (Cunha diz isso de forma discreta). A partir daí, o romance apresenta um conflito entre o que Paulo *percebe*, o que a convivência permite conhecer de Lúcia e aquilo que a sociedade pensa, julga e espera que ela seja. Ao se submeter às prescrições da sociedade, Paulo se separa da moça para não receber julgamentos negativos, mesmo sabendo que ela é doce, gentil, educada e generosa, qualidades pouco comuns entre as pessoas da corte. Lúcia, por sua vez, ao se sentir discriminada, termina por se inserir nos moldes do que se concebe como uma meretriz, age como tal, mesmo contra sua vontade interior, pois, por várias vezes, tentou sair da prostituição. Aos poucos, ela aniquila seu corpo e morre. O jovem, depois do falecimento de Lúcia, faz uma reflexão (que é uma apresentação do livro) e percebe que deixou de ver as qualidades da moça ao se submeter às fofocas, à maledicência e aos apelos da corte. Sua percepção de Lúcia, constituída pela convivência, foi apagada pela prática discursiva em torno dela e de si mesmo.

Esse romance, que foi muito resumido, serve para ilustrar de que forma os semantismos veiculados pelos discursos podem realizar com o nosso ato interpretativo. Poderíamos dizer que os sujeitos, tal como Paulo, entram num processo de *crystalização interpretativa*, que só é rompida quando uma discursivização associa de forma inesperada os significados. Há nessa ruptura, a princípio, uma atitude de estranhamento que provoca a suspensão dos percursos interpretativos recorrentes. Segundo Greimas (2002), o sujeito é colocado numa situação tal que, para compreender e interpretar a nova composição semântica, deve recorrer à percepção sensorial do mundo e somente quando (re)sensibilizado, ele inicia novos percursos interpretativos.

A prática tem papel fundamental na esquematização dos significados, ou seja, na cristalização dos sentidos. No entanto, é por meio dela que podemos romper com tal cristalização. É ela que possibilita

a recombinação dos semantismos permitindo outras interpretações do mundo. Eis o papel das artes. Por meio da produção artística, o sujeito pode repensar o seu cotidiano e até mesmo a sua existência (a Semiótica francesa toma como texto objetos constituídos pela linguagem verbal e não verbal. A ruptura pode ser atingida porque o sujeito viu uma escultura ou ouviu uma bela música). Esse é um tema que estabelece muitas discussões que não faremos nos limites deste artigo. Por hora, queremos ressaltar o papel da linguagem na construção das relações e dos significados que constituem o cotidiano dos sujeitos numa sociedade.

Feitas as considerações acima, nos voltamos para algumas questões muito atuais e que fazem parte do nosso dia-a-dia: quais são as matrizes de leitura que temos veiculadas pelos textos televisivos e que constituem o nosso cotidiano? Quais semantismos nos propõem os textos da televisão?

Vemos nas publicidades e nos programas de auditório, nas novelas, e até mesmo nos filmes, modos de agir e de estar no mundo. Modos de ser, comportamentos frente a determinadas situações e modos de ocupações de espaços físicos e sociais. Claro que se deve considerar que a TV é um espaço de simulações. Um lugar onde os sonhos são possíveis. No entanto, mesmo sabendo que ela é um lugar de e para idealizações, muito das experiências se aproxima dos sujeitos de “carne e osso”, o que nos faz aceitar a ficção, de bom grado. Somos persuadidos a crer no discurso das imagens. A pergunta não é se o que a TV veicula é verdadeiro ou falso, mas que pensemos quais os semantismos veiculados e em que eles interferem nas interpretações que fazemos. Há semantismos socializados e, em última instância, servem de parâmetros para os sujeitos. Assim, os corpos esbeltos, os carros, as casas, enfim, todo o cenário constitui uma prática discursiva que constitui um padrão a ser alcançado. Por quem? Pelo telespectador. No entanto, qual tipo de telespectador? A contar pelos personagens de novelas, dos apresentadores e participantes dos programas de auditório, dos *reality show* e da maioria dos comerciais de TV, esse telespectador é o jovem.

Sabemos que nosso país ainda tem uma população muito jovem (que as pesquisas tratam de mostrar que em algumas décadas esse quadro não será o mesmo). É uma nova pergunta aflora. Que tipo de sociedade estamos construindo? Qual a matriz cultural de leitura, que os textos imagéticos buscam estabelecer para os jovens? O que a prática discursiva da TV reifica, ou seja, quais os semantismos que ela cristaliza e que nós no nosso cotidiano deixamos de perceber?

Numa visada geral, os padrões veiculados e os valores dispostos mostram que temos um discurso sobre a juventude, o corpo, o dinheiro e os relacionamentos. Tudo isso faz parte da vida e é bem natural. Porém, acreditamos haver certo exagero. A juventude mostrada não é apenas uma fase ou, poeticamente, um estado de espírito, mas deve ser eterna para o corpo. O dinheiro precisa ser conseguido a qualquer custo e, se não for com muito esforço, tanto melhor. E nos relacionamentos, a tolerância nem sempre está presente. Vivemos numa sociedade do imediato, do aqui-agora. O problema é que há um futuro, que não vai se desmanchar com tanta rapidez como um comercial de TV...

Mas por que será que tais discursos têm tanta força sobre nós, e sobre os jovens, sujeitos modernos e informados que buscam cada vez mais entender suas limitações e conflitos? Como se constitui essa força da televisão que parece envolver até as pessoas mais experientes? Talvez as respostas não estejam tão distantes e possamos observar um papel que a televisão exerce tão bem. Ela dispõe sua prática discursiva na condição de discurso didático.

A prática discursiva da TV é uma prática “didática”

Perguntemos, pois, qual o tipo de discurso que tem *propriedades* “didáticas” ou é essencialmente didático? Mesmo que encontremos para o didático alguma definição bastante restritiva – entendendo-o minimamente como “transmissão eficaz do saber”, ou como um conjunto de procedimentos visando a formar a competência de um sujeito –, ainda assim observaremos o quão ampla é essa denominação. Nessa acepção

mínima, um discurso jurídico que nos faça saber algo sobre nossos direitos de cidadãos é “didático”, tanto quanto um livro de geografia que nos ensine os mapas dos países. Uma receita de cozinha é “didática” e mesmo bastante eficaz, em geral, porquanto nos leva a produzir o objeto desejado.

A prática didática não se resume aos discursos que são voltados aos bancos escolares, como podemos notar. Pois mesmo aí, ainda estaríamos diante de um leque de produções discursivas de considerável extensão: os textos escritos (livros escolares e manuais) competiriam com textos orais (seminários, conferências, aulas em sala, etc.). Se pensarmos sem nos deter ao âmbito escolar, veremos que todo discurso, enfim, é didático em menor ou maior proporção. De modo que tomar o didático como objeto de estudo supõe uma decisão metodológica: imaginá-lo como um *objeto conceitual*, dotado de estruturas, estratégias e procedimentos operatórios, de onde os discursos manifestados, classificados como didáticos ou não, depreendem em maior ou menor grau suas particularidades de uso.

Entender outros discursos como didático não significa qualquer gesto de arbitrariedade ou inadequação perante o universo escolar, pois a sua construção é inferida das estratégias e procedimentos realizados parcialmente em tal ou qual discurso manifestado. Os discursos manifestados – seja em que domínio for que os busquemos – se apresentam como ilustrações das características estruturais atribuídas ao discurso com características do didático.

Fazer uma peça de artesanato, escrever uma poesia, jogar uma partida de futebol, ler uma partitura de música ou resolver um exercício de matemática supõem a aquisição de um “saber-fazer”, isto é, o conhecimento dos procedimentos operatórios ou dos conteúdos das regras pertinentes à construção desses objetos. Noutros termos, supõe que o ensino tenha conferido ao sujeito uma *competência*, isto é, um saber sobre as instruções internas exigidas em tal ou tal procedimento.²

² A Semiótica francesa entende as competências do sujeito como combinatória modal. Um sujeito que não consegue pular um muro tem a competência de *não-poder-fazer*. As modalidades que a teoria utiliza são advindas, inicialmente, do modelo da lógica.

Mas o sujeito humano não é um robô a quem se dá instruções apertando botões. Para ser posto em condições de saber, ele necessita antes ser levado a *querer-saber*, ato de volição que, bem conduzido, desperta-lhe a curiosidade e sensibilidade estética e ética a tal ponto que seu querer redunde num engajamento capaz de levá-lo ao sentimento de um *dever-saber*. Ao mesmo tempo deve ser preparado às instruções do jogo cognitivo de modo a se munir de um *poder-saber*. Para qualquer ação (fazer) de um sujeito, há todo um trabalho na modulação de como ele se encontra perante o seu fazer.

Nessa finalidade, temos já um traço da especificidade do caráter didático dos discursos. O seu desenvolvimento (um programa de ação) subordina a ação (o fazer) e a sanção (o julgamento) ao processo de aquisição da competência. As sanções são acionadas para reconhecer ou motivar a competencialização. Esta última fica sendo a razão de ser do didático, e ainda do universo pedagógico, tanto no que diz respeito ao âmbito escolar quanto aos discursos que nos levam a adquirir determinada competência (*saber-fazer* e *poder-fazer*).

Atualmente, a TV exerce um papel de relevância na competencialização do sujeito no que diz respeito ao *saber-fazer* e *poder-fazer* algo. Mas será que essa competencialização serve para tudo? Será que por meio da TV se aprende tudo? Dito de outra forma, será que a TV está ensinando aquilo que queremos e aquilo de que precisamos? E mais. O que queremos e de que precisamos? Essas são questões que só a reflexão poderá nos ajudar a obter uma resposta. Porém, quantos estão podendo realizar esse exercício crítico de caráter cognitivo? Por enquanto, ele está legado aos educadores e outros pensadores da sociedade, no entanto acreditamos que é urgente estendê-lo aos nossos jovens, de maneira geral.

A proposta que apresentamos parece um pouco absurda para aqueles que não estão voltados para as questões da comunicação: levar a nossa televisão, não o objeto, mas o seu conteúdo, para sala de aula. É preciso fazer uma interpretação desses textos imagéticos do mesmo modo como aos clássicos da literatura. A tarefa não é fácil em razão

das condições atuais do ensino. No entanto, precisamos tentar. Antes é preciso competencializar jovens alunos e professores a “como e o que” observar nesses textos. É preciso mostrar-lhes que os textos possuem uma organização que constitui o sentido. Além de ensinar a gramática da língua, será preciso ensinar também uma gramática do texto, isto é, entender as relações dos sentidos em um texto.

Sem querer fazer julgamentos, podemos dizer que os programas de forma geral visam, mais do que competencializar os sujeitos a produzirem algum objeto, persuadi-los a aderir apenas a sua prática discursiva. Não estamos querendo aqui pensar na censura sancionando o que deve ou não ser veiculado pela televisão, mas observar criticamente a prática discursiva de alguns programas e publicidades. Vejamos por exemplo, um *reality show*. Ele informa sobre os padrões sociais e éticos da nossa sociedade e até mesmo ensina determinados comportamentos. A pergunta é: em que medida isso vai interferir na formação e reflexão sobre as situações cotidianas de convivência entre os sujeitos da nossa sociedade? O que essas imagens e discursos carregados de sentidos podem ou não contribuir na formação do discurso, e na sua adesão pelo sujeito, sobre a (e da) cidadania?

O objetivo que procuramos aqui é, de um lado, fomentar a observação da interação semântica dos discursos, verificando como eles podem atingir os sujeitos persuadindo-os a tomar uma atitude ou outra. Noutras palavras, como os discursos que se apresentam ao sujeito podem levá-lo a *querer* e a *dever* aderir a determinados valores e o que isso representa para nossa sociedade. De outro lado, é levar os sujeitos a entenderem as estruturas dos discursos colocados em textos e ainda observar que todo ato enunciativo visa à persuasão de um *querer-fazer* assumido em um *dever-fazer*. O julgamento do que serve ou não, do que é interessante ser assumido ou não como valor cabe aos próprios sujeitos. A Semiótica francesa, teoria que se dedica às questões do sentido, já fornece alguns instrumentos para isso.

Ponderações a título de conclusão

As ponderações levadas nos limites deste artigo visam fomentar a reflexão sobre as práticas discursiva da televisão, buscando apresentar instrumentos para isso. Não basta apontar o que ocorre à nossa volta; é preciso também mostrar como podemos desvendar o poder dos textos em geral e mais especificamente daqueles veiculados na TV. Além disso, é preciso que essa investigação se estenda aos nossos jovens para que eles possam refletir sobre o que os discursos, estabilizados em textos, procuram constituir em termos semânticos. A idéia não é que eles se revoltam contra tudo o que seja apresentado, mas que eles possam se tornar críticos o bastante para não serem “engolidos” por esses textos que ensinam tão bem coisas, mas que nem sempre os competencializam a se tornarem sujeitos autônomos e solidários, enfim, cidadãos.

Pensamos nisso quando observamos alguns jovens e percebemos, em muitos deles, uma angústia por não corresponderem ao que se veicula pela TV. São propostas ao consumismo desenfreado e à busca pela beleza e pela notoriedade a todo custo, quase como uma desvalorização do trabalho contínuo e do hábito saudável de observação. Observação que o padrão de beleza pode ser relativizado e que se podem empregar a energia e o tempo na reflexão para a construção de um futuro mais agradável. Um futuro no qual a palavra cidadania não seja mais tomada como uma etiqueta de grife, mas um hábito que se cultiva coletivamente com a participação e o respeito de cada um.

Referências bibliográficas

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, 1991.

BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Princípios de lingüística Geral**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural: pesquisa de método**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1973.

_____. **Da imperfeição**. Prefácio e tradução Ana Cláudia de Oliveira. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LOPES, E. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1975.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1972.

SCHULZ, M.; VOGEL, C. Praxis Enonciative. **Nouveaux Actes Sémiotiques**, Limoges: Pulim, n. 41-42, 1995.